

EXPERIÊNCIA RELIGIOSA E CRÍTICA SOCIAL NO CRISTIANISMO PRIMITIVO



Novo lançamento da coleção Religião e Cultura, este livro abre uma nova perspectiva de leitura dos textos fundadores do cristianismo. Em primeiro lugar, deixa de analisá-los exclusivamente como depositários de tradições originais, fontes de verdades para o cristianismo de todas as épocas, e os considera como desenvolvimentos da espiritualidade das comunidades e de suas relações no campo religioso e na sociedade. A velha exegese cede lugar à análise dos textos bíblicos como expressões particulares de comunidades diante de suas descobertas no mundo da religião e dos conflitos e desafios sociais.

Com isso o leitor pode recriar o mundo desses textos em sua realidade, por sua vez, complexa e multiforme, evitando justaposições simplistas de textos do passado. Tais textos religiosos antigos refietem fragmentos, experiências e situações particulares, das quais as formulações chamadas de doutrinárias não passam de expressões momentâneas que, entretanto, são recheadas de um caráter de urgência e radicalidade.

A abordagem panorâmica da obra é um convite para futuras análises mais pormenorizadas de textos e comunidades cristãs dos séculos I e II, com todo o complexo de informações e os múltiplos aspectos que isso implica. Uma obra provocativa e instigante para todos os que se interessem pelas origens e percalços da experiência cristã.



A COMUNICAÇÃO A SERVIÇO DA VIDA

TELEMARKETING
0800-7010081
www.paulinas.org.br

A MORAL MATRIMONIAL SOB A INFLUÊNCIA DOS NOVOS PARADIGMAS ORGANIZACIONAIS DAS EMPRESAS HIPERMODERNAS

*Profa. Christiane E. Blank
Maria Luiza C. Moretti*

1. A CRISE ÉTICA E O SISTEMA DE PRODUÇÃO

A Idade Média se caracterizou por um acentuado teocentrismo. Tudo isso, porém, hoje mudou. Em face da situação atual, põe-se de maneira insistente a seguinte pergunta: em que instância e por quais valores o mundo se orienta? Será que hoje existe simplesmente uma pluralidade de valores contraditórios, valores estes que o homem pode escolher livremente?

No seu antiprojeto "Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil", a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) caracteriza a atual sociedade como uma

sociedade de consumo (que), para vender mais, mantém aceso o desejo de adquirir mais, criando artificialmente novas necessidades, e procura dar a impressão de que cada um pode escolher, pode comprar o que quiser. Na esfera da vida privada, difunde-se uma mentalidade pela qual cada um se julga absolutamente dono de suas decisões e sempre menos aceita orientações da sociedade, às vezes, mesmo os imperativos éticos mais elementares¹.

¹ CNBB. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, Anteprojeto*. 30.4. a 9.5.2003, n. 42.

A aparente liberdade aqui descrita esconde muito bem os mecanismos sutis de uma sistema que, em analogia ao poder político, não usa mais a força bruta e a repressão visível para alcançar a dominação ideológica dos integrantes de nossa sociedade.

Tal nova situação afeta de maneira específica também a Igreja. Na sua preocupação com a questão ética e religiosa desta sociedade, ela está percebendo cada vez mais que precisa lidar com um novo tipo de forças escondidas. Estas forças se escondem atrás de mecanismos difusos, kafkianos, difíceis de serem definidos, complicados de serem decifrados.

O texto citado da CNBB menciona como fator importante da mudança da mentalidade o enfraquecimento da política, que não só foi causado por mudanças culturais, mas sobretudo pelo “crescimento do poder dos grandes grupos econômicos multinacionais, que pretendem impor suas decisões à sociedade e substituir as instâncias políticas”².

Aparentemente, tanto o Estado quanto a Igreja enfrentam uma nova força que tem toda pretensão de orientar a sociedade. Esta força se chama “poder econômico”.

Tal situação, na realidade, não é nova. Sobretudo desde a primeira fase da industrialização no século XIX, ela passou a se apresentar em diferentes formas e modelos. Hoje, porém, todos os modelos do passado alcançaram um nível de sofisticação jamais visto antes.

O capitalismo atual passa por uma crise econômica estrutural, visto por alguns especialistas como terceira fase da Revolução Industrial. Com esta crise surge um novo modelo de organização de produção: as empresas hipermodernas. Conhecer pelo menos as noções básicas do paradigma organizacional dessas empresas se torna hoje um imperativo também para a Igreja.

² Ibidem.

2. FORDISMOS, TOYOTISMO E AS EMPRESAS HIPERMODERNAS

Para melhor entender a organização da família no momento atual, é importante conhecer a organização do trabalho e como esta afeta o indivíduo, o matrimônio e a família. Pelo trabalho, o homem transforma a natureza, e nessa atividade se distingue do animal porque sua ação é dirigida por um projeto (antecipação da ação pelo pensamento), sendo, portanto, uma ação deliberada e intencional.

Lukács (1997) afirma que, com o trabalho, o ser humano desenvolve suas capacidades, transforma o mundo de maneira consciente e ativa e, portanto, este trabalho se converte no modelo da nova forma de ser em seu conjunto.

Produzimos nossa materialidade ao mesmo tempo que construímos nossa subjetividade. Isso significa que os indivíduos são profundamente marcados pelo que produzem e pelo modo como produzem.

O que se produz, porém — da mesma maneira como os modos de produção —, não é atemporal, mudou muito ao longo da história.

Na primeira fase de expansão do capitalismo, que se confunde com a Revolução Industrial, a indústria manufatureira evoluiu para a produção mecanizada. Foram constituídas grandes empresas com divisão técnica do trabalho.

A nova organização deste trabalho repercutiu em toda a sociedade e trouxe transformações profundas. A sociedade industrial conseguiu articular em torno de um aparato produtivo cientificamente organizado toda uma ideologia de dominação que “se estende a todas as esferas da vida pública e privada, integra toda oposição autêntica, absorve todas as alternativas”³.

³ MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*, p. 37.

2.1 O taylorismo

No início do século XX apareceram inúmeras teorias propondo alcançar uma maior produtividade dos operários, aliada a uma melhor qualidade do produto industrial, todas visando um meio mais eficaz de obtenção de lucros e conseqüentemente intensificação da acumulação. Percebeu-se que o trabalhador produziria mais, gerando aumento nos lucros, se tivesse certas motivações para trabalhar. Uma destas teorias, conhecida sob o nome de "taylorismo", enfatizou, entre outras coisas, o incentivo salarial para o trabalhador. Estabeleceu-se que quanto mais o trabalhador produzisse, maior seria sua recompensa financeira, ou seja, o trabalhador era pago pelo número de horas efetivas de serviço.

A intenção geral era incorporar o trabalhador à máquina. Os princípios básicos eram a divisão do trabalho, a padronização das tarefas, a separação entre planejamento e execução e a conseqüente criação de trabalhadores facilmente adestráveis e substituíveis. Os bons funcionários são estimulados com recompensas; os "indolentes" sujeitos a punições.

Um dos subprodutos do taylorismo é a alienação do trabalhador. Ele perde o sentido de totalidade ante o que está fazendo, perde o conhecimento do trabalho, que é deixado apenas para a chefia ou, até mesmo, para as máquinas.

O sistema de racionalização do trabalho, por sua vez, criou o setor de planejamento, o que deu margem à burocratização. Com a burocratização, porém, fica encoberto todo um conteúdo ideológico de dominação. Formas visíveis de coação são substituídas por formas mais sutis, que tornam o operário submisso. O recurso de prêmios estimula a fragmentação dos grupos e a competição e facilita ao capitalista o controle absoluto do produto final.

Com a racionalização do processo de trabalho, desaparece a valorização do sentimento, da emoção, do desejo. As pessoas são manipuladas como cifras ou coisas. As características do individualismo são acentuadas e isto leva à atomização e à dispersão dos indivíduos. Esta situação, por sua vez,

"faz aumentar o interesse pelos assuntos da vida privada, além da procura hedonista de formas de lazer e satisfação imediata (talvez justamente porque o prazer é negado no trabalho alienado)"⁴. O ser humano, submetido passivamente aos critérios da produtividade e do desempenho no mundo competitivo do mercado, perde o prazer em sua atividade produtora e passa a ser regido por princípios "racional" que o levam à perda de si e à perda de sua dimensão crítica (Horkheimer & Adorno, apud Arruda Aranha & Martins, 1993).

2.2 O fordismo

O taylorismo acima descrito foi otimizado por Ford. O método de trabalho criado por ele quebrava definitivamente a dependência da empresa em relação ao empregado, pois o trabalhador passou a ser responsável apenas por uma pequena parcela do trabalho. Sua atuação era mecânica, repetitiva e facilmente substituível, acentuando, portanto, o caráter alienante do trabalho.

O fordismo adquiriu grande importância por exercer forte influência, não apenas dentro da indústria, mas no contexto geral da sociedade, pois em conseqüência de suas aplicações, uma grande parcela de pessoas com menor poder aquisitivo pôde integrar-se à sociedade não apenas por conseguir emprego nas fábricas, mas também por conquistar direitos de consumo, transformando-se em cidadão. Ao prosperarem materialmente, porém, os trabalhadores passaram a compartilhar do "espírito" do capitalismo", sucumbindo aos apelos e promessas da sociedade de consumo.

Segundo Marcuse (1982), a ideologia da dominação pautada pela lógica da satisfação das necessidades materiais e mentais que a sociedade industrial criou não se materializou somente em decorrência da produção em massa. A possibilidade de todos usufruir dos resultados do progresso tecnológico vem sendo inculcada no imaginário e diminuí os conflitos gerados pelas contradições

⁴ ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. *Filosofando*, p. 14.

de classes. Com isso, os indivíduos perdem sua capacidade de criticar mais profundamente a estrutura do sistema e sua lógica destrutiva.

2.3 A reestruturação produtiva

Assim como o fordismo e o taylorismo foram métodos de organização do trabalho surgidos em um dado momento histórico, o mesmo ocorreu com a chamada “reestruturação produtiva”. Ela é o produto de uma época em que a tecnologia havia passado pela “terceira” Revolução Industrial, fortemente caracterizada pela eletrônica, pela informática e pela robótica.

Cunha (1996) afirma que a reestruturação produtiva tem sido propagada a partir de dois processos combinados: a introdução de novas tecnologias e a aplicação de novos métodos gerenciais. É exigido que o trabalhador desempenhe múltiplas tarefas, e tenha múltiplas habilidades. O autor citado ressalta que as conseqüências desse processo para o mundo do trabalho são, dentre outras: o desemprego crescente, a precarização do trabalho, e a redução do número de trabalhadores na indústria e em outros setores.

A reestruturação produtiva teve sua origem no Japão entre 1950 e 1970. A montadora Toyota, num período de vinte anos (de 1950 a 1970), desenvolveu, adaptou e modernizou o fordismo, até criar um novo sistema, o toyotismo, que tornou o principal modelo de reestruturação produtiva ou terceira Revolução Industrial.

Nesse sistema, como afirma Antunes (2000), a produção é voltada e conduzida diretamente pela demanda de produtos diferenciados (não mais produtos produzidos em massa) e pedidos em pequena escala. O aproveitamento mais eficaz do tempo de produção é garantido pelo *just-in-time*.

O trabalho passa a ser realizado em equipe (diferentemente do fordismo). Um grupo de trabalhadores se torna responsável pela operação de máquinas automatizadas. A estrutura do modelo toyotista visa a um número mínimo de trabalhadores (que fazem hora extra), trabalhadores temporários ou

subcontratados, dependendo do mercado. O toyotismo favorece uma maior exploração dos trabalhadores, pois sobrecarrega ao máximo cada operário. O trabalhador deve ser mais rápido, deve reduzir todos os “tempos mortos”, toda “porosidade”, e cumprir sempre novas tarefas, como o controle de qualidade ou a manutenção corrente das máquinas. Em uma palavra, ele deve ser polivalente.

Por um lado, sistema toyotista divide os trabalhadores através do incentivo à fiscalização mútua, estabelecendo um pensamento individualista e desintegrando assim a força do coletivo. Por outro, exige uma identificação extraordinária com o trabalho, como prevê o gerenciamento *by stress*. A possibilidade de ócio é limitada ao máximo:

A organização segue políticas contraditórias cujo princípio é aliar fortes restrições a grandes vantagens oferecidas aos indivíduos. As vantagens integram os indivíduos à organização, fazem com que ele aceite as restrições e até mesmo os objetivos de exploração e dominação da empresa⁵.

No processo e introjeção das contradições, a organização transfere para o indivíduo seus conflitos e suas descontinuidades:

No nível psicológico, a dupla privilégio–restrições (coerções) transforma-se em duplo prazer–angústia. A organização funciona como uma imensa máquina de angústia; a angústia provocada pela onipresença dos controles, pelo caráter ilimitado e intangível das exigências, é compensada pelos múltiplos prazeres que a organização oferece, especialmente os prazeres do tipo agressivo, o prazer de conquistar, de dominar os clientes, os colegas, de superar e de se autodominar⁶.

⁵ PAGÈS, M. *O poder das organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos*, p. 26.

⁶ *Ibidem*, p. 29.

Instaura-se assim um clima de insegurança e desorganização pela falta de limites e referências estáveis.

2.4 A empresa supermoderna interfere profundamente na vida das pessoas

A análise da organização da empresa supermoderna mostrou que ela interfere, de maneira direta e indireta, profundamente na vida das pessoas. Essas interferências não se limitam ao horário de trabalho no qual as pessoas ficam na empresa. O ser humano é atingido em tempo integral, no seu modo de ser, no seu modo de pensar, no seu modo de interagir com os seus próximos. Isso significa, entre outras coisas, que tal influência atinge, além do indivíduo, também a vida matrimonial e familiar. Na sociedade contemporânea (pós-moderna), que vive o efêmero, a fragmentação, a descontinuidade, o caótico, o casamento e a família passaram a conviver com esta heterogeneidade, com a efemeridade, a contextualidade de padrões e comportamentos que se tornaram dominantes⁷. Essa situação deve ser tomada em consideração também pela reflexão teológica sobre o matrimônio e a família.

3. A INTERFERÊNCIA DO SISTEMA DE PRODUÇÃO NA VIDA MATRIMONIAL E FAMILIAR

O papa João Paulo II, na exortação apostólica *Familiaris consortio*, confirma que a Igreja, “para cumprir a sua missão, deve esforçar-se por conhecer as situações em que o matrimônio e a família se encontram hoje”⁸.

Em resposta a este apelo, a CNBB se preocupou no seu *Diretório da pastoral familiar* com a questão sobre de que maneira as transformações

sociais, econômicas e políticas interferem no matrimônio e nas famílias brasileiras:

Da descoberta da máquina à revolução biotecnológica, a cada mudança da tecnologia produz-se uma nova divisão social do trabalho. Essa dinâmica por sua vez propicia a formação de uma nova cultura, alterando-se os hábitos, valores, costumes e comportamentos dos povos. Em decorrência disso a família passa por alterações em suas funções⁹.

Em face dos novos paradigmas organizacionais, porém, aos quais o trabalhador de hoje está sujeito, não basta apenas compreender as mudanças da vida familiar de hoje a partir da transformação do mundo do trabalho.

Hoje, é necessário ir além disso e detectar as profundas interferências estruturais que os mecanismos do novo modelo das empresas hipermodernas exercem sobre o matrimônio.

Entre esses mecanismos, alguns se destacam de maneira especial.

3.1 A alienação¹⁰

A alienação é um fenômeno que já surgiu no início da industrialização e do capitalismo, mas que se acentuou com o decorrer do tempo. O trabalhador, vendendo a sua força de trabalho, perde os seus direitos de um trabalho criativo e autodeterminado. Além disso perde também o direito ao próprio fruto deste trabalho. Um fruto final, aliás, muitas vezes desconhecido pela própria pessoa que ajudou a produzi-lo. Nestas condições, o trabalho deixa de ser uma fonte de satisfação e de auto-realização.

⁷ Cf. VAITSMAN (1994).

⁸ JOÃO PAULO II, *Familiaris consortio*, n. 4.

⁹ CNBB: *Diretório da pastoral familiar. 1ª versão*. Itaiç, Setor família e vida da CNBB, 30.4-9,5.2003, n. 68.

¹⁰ Cf. ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*; RESENDE AZEVEDO, A. C. *Fetichismo e subjetividade*.

Este processo é ainda agravado pelo fato de que a divisão do trabalho significa também a redução da pessoa a um mero elemento funcional, que pode ser trocado a qualquer hora.

Esta coisificação do ser humano, ligada a um sistema de produção que não é capaz

de proporcionar sentido e plenificação, incentiva as pessoas a buscar outros espaços para a sua realização, espaços estes onde o seu semelhante não é um concorrente potencial, mas um ser humano que busca, como ele, sentido e realização pessoal. O matrimônio representa um destes espaços. Ele se apresenta hoje como uma das poucas lacunas que poderiam responder aos enormes anseios de tantas pessoas de encontrar a felicidade. Corresponder a tais expectativas, porém, não é fácil; sobretudo quando existem enormes necessidades, mas pouca ou nenhuma preparação, sobre como responder a estas necessidades.

Essa constatação nos confronta, por sua vez, de maneira direta com a indagação sobre o “porquê” desta falta de preparação.

Por que as pessoas são tão pouco preparadas para o matrimônio? Por que os valores e as normas que hoje regem predominantemente a sociedade ajudam tão pouco a convivência matrimonial?

A resposta a tais indagações se mostra muito difícil. Primeiro, porque na época atual não podemos mais recorrer a uma ética comum, aceita por todos. Existe uma pluralidade de éticas. Estas éticas muitas vezes são contraditórias entre si, e, além disso, não se mostram de forma clara e nítida.

3.2 A rede de mediações

Em segundo lugar, consta em escala crescente a ascensão de uma nova força normativa: os novos modelos econômicos aos quais o homem está sujeito e que exercem uma influência cada vez maior também sobre as decisões morais das pessoas.

Esses modelos não agem mais de forma visível, impondo através de estruturas de poder e de opressão as regras, as normas e os valores. Eles agem através de formas muito mais sutis, recorrendo a toda uma rede de mediações¹¹.

Dentro de sua trama, o “bom comportamento” é resultado de um sofisticado sistema de mecanismos muitas vezes ocultos, e aparentemente contraditórios entre si. Através de mediações econômicas e da promoção do *status* social (salários, privilégios, distintivos, carreira), as organizações propagam atitudes, normas e valores, que são introjetados, isto é, inconscientemente aceitos pelas pessoas. Desta maneira surge um sistema de aparente autonomia e liberdade, que dispensa todos os mecanismos autoritários e repressivos visíveis. Os seus efeitos, porém, são os mesmos, ou até melhores. Cria-se uma identificação interna com a organização. Esta identificação implica a dedicação total da pessoa à organização, ainda que isso afete a sua vida privada, o seu matrimônio e a sua família. Em compensação, o sistema promove os “bem adaptados”, os “competentes”, os “produtivos”. A recompensa material ou ideal recebida incentiva, por sua vez, o “bom comportamento”. No que diz respeito ao seu componente material, estimula o consumismo e o narcisismo, atitudes que, num sistema de consumismo desenfreado, estão sendo vistas com muito bons olhos.

Ao mesmo tempo, porém, as conquistas dos privilégios que o sistema consegue sempre são provisórias. São poucos aqueles que têm o seu emprego garantido até a aposentadoria. Favorece-se a terceirização, a consultaria, o trabalho temporário para burlar a legislação trabalhista. Tal instabilidade e insegurança no emprego, criam o clima necessário para manter a competição entre todos, para manter a lealdade com o sistema, e para abafar as críticas inoportunas. Através da insegurança se favorece uma mentalidade do *carpe diem*, um hedonismo que não admite compromissos definitivos. Quem vive para o momento não economiza para o futuro. Isso, porém, cria novas dependências.

¹¹ Cf. PAGÉS, M. *O poder das organizações*, p. 27ss.

Como esses mecanismos são interiorizados inconscientemente e pouco refletidos, eles se infiltram também em espaços que até então eram os últimos refúgios contra a onipotência de tais estruturas. Um desses espaços é o matrimônio. Nele, sentimos claramente os efeitos de uma tal infiltração:

- As pessoas têm mais dificuldades em assumir compromissos definitivos.
- Aumentam as exigências diante do cônjuge em termos de bom funcionamento, de perfeição corporal, de eficiência e até de eterna juventude.
- Quando essas exigências não são atendidas, existe o perigo de que práticas usadas nas empresas sejam aplicadas inconscientemente também ao matrimônio. Aquilo que não funciona tem de ser trocado por um novo. Essa mentalidade de troca, na qual todas as coisas são substituíveis e descartáveis, aplica-se inconscientemente também às pessoas. Elas também podem ser trocadas.

3.3 A reificação psíquica

No contexto destes mecanismos na maioria das vezes inconscientes, encontramos ainda um outro fenômeno decorrente dos sistemas econômicos hipermodernas: a reificação psíquica¹². Neste processo, uma desrazão se transforma em razão, quer dizer, algo que é tido como injusto e errado é transformado em seu contrário. Isso acontece na subjetividade do indivíduo, assim como na coletividade de toda uma sociedade.

Desta maneira, propaga-se sutilmente toda uma ideologia que traz benefícios ao mercado, mas que faz isso à custa do indivíduo e do bem social. Aquilo que objetivamente era uma desrazão transforma-se na experiência subjetiva de uma pseudo-racionalidade, é apresentado como valor, como moral,

¹² Cf. RESENDE AZEVEDO, A. C. *Fetichismo e subjetividade*.

como norma. Esta moral é internalizada pelo indivíduo e é propagada pela sociedade¹³.

O processo de reificação aparece sob várias formas e atinge tanto a vida privada como a vida social:

- Para muitas pessoas hoje, consumismo, hedonismo e a troca pelo mais novo, tornaram-se meios para alcançar uma vida boa, uma vida "normal". A experiência de ser substituível no mercado de trabalho se internalizou de tal maneira, que tudo e qualquer um parecem ser substituíveis, inclusive o próprio cônjuge. Parece até ser razoável trocar o velho pelo novo, a esposa de cinquenta anos por duas mulheres de vinte, como é sugerido por um *outdoor* de uma propaganda, recentemente. O descartável se transformou em valor e em algo desejável.

- A empresa por sua vez evita compromissos em longo prazo, como, por exemplo, carteiras assinadas. Em nome de uma ética de trabalho, diz-se que não se pode prometer emprego fixo até a aposentadoria, e que por causa disso é melhor não se comprometer com falsas promessas¹⁴. Da mesma maneira está sendo apresentado como desaconselhável também na vida privada, nas amizades e no matrimônio, assumir compromissos definitivos. O provisório, o descompromisso, está sendo apresentado como valor e como virtude daquela pessoa que age com prudência e com sabedoria. "Matrimônio à experiência", "uniões de fato"¹⁵ em vez de compromisso matrimonial assumido são exemplos de uma infiltração da ideologia do mercado no mundo privado.

- Dedicção total ao trabalho, identificação com a empresa mais do que com a família, competição a todo custo, todas estas características são valori-

¹³ A problemática de uma tal manipulação já foi analisada e denunciada por um dos representantes da "Nova Filosofia Francesa", Bernard-Henri Lévy, no seu livro *Le testament de Dieu*. Paris: Grasset; Fasquelle, 1979, p. 224ss; cf. também: BLANK, R. A força libertadora do monoteísmo, p. 42ss.

¹⁴ Cf. PAGÉS, M. *O poder das organizações*, p. 98.

¹⁵ Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA. *Família, matrimônio e "uniões de fato"*. São Paulo: Loyola, 2000.

zadas num “bom profissional” de hoje. Em nome do sucesso, da carreira, de uma certa estabilidade, sacrifica-se tempo e energia vital, solidariedade, amor e intimidade. Assim, reduz-se o ser humano a um elemento funcional, ao preço de impedir o seu desenvolvimento intrapessoal e interpessoal, e impedindo também a “comunhão íntima de vida e de amor”¹⁶. Exatamente aquela atitude, da qual os documentos do Concílio Vaticano falam tanto.

Constatamos assim, como são muitas e fortes as interferências do sistema de produção na convivência matrimonial e familiar.

Conscientizar-se sobre a existência de tais influências é hoje um dos passos primordiais na construção de uma realidade alternativa.

4. CONCLUSÃO

O ponto de partida da nossa reflexão foi a indagação: quais são os valores morais que regem a sociedade de hoje? No decorrer da análise constatou-se a presença de uma forte influência de uma nova moral marcada pelo mundo da economia. Uma moral sutil e muitas vezes encoberta, que interfere constantemente no mundo privado do matrimônio e da família.

A análise se apoiou em textos críticos sobre o sistema econômico e político regente no mundo ocidental. Poder-se-ia perguntar se esta visão só é uma crítica, marcada por um pensamento anticapitalista, ou se a problemática da questão estudada também reflete as preocupações de uma moral cristã.

O teólogo, sociólogo e especialista em estudos sobre matrimônio e família, João Carlos Petrini, no seu último livro, *Pós-modernidade e família*, trata a fundo a questão da moral vigente nesta sociedade. Ele vê a crise da sociedade ligada à questão da “razão utilitarista”, que ele denomina também de “razão instrumental”:

A modernidade entra em crise por uma carência da razão que, reduzida a ser “razão instrumental”, não é mais capaz de dar conta da complexidade do real e de garantir que o desenvolvimento conquistado esteja realmente a serviço do homem para responder às suas exigências originárias¹⁷.

Conforme Petrini, a sociedade atual seria movida basicamente a partir de um pensamento puramente utilitarista, e seria isso a verdadeira razão da crise que estamos passando. Esse tipo de razão nunca pode dar conta de uma realidade complexa, de um ser humano em suas várias dimensões. Destrói a dignidade, o significado e a riqueza da vida humana, reduzindo-a a um organismo funcional.

A redução aqui mencionada, porém, não atinge só o indivíduo em si, como ser isolado. Ela atinge o ser humano em toda a sua dimensão social. Objetivar a pessoa em si, significa objetivar também as suas relações, transformando-as em meros contatos utilitários.

Com esta análise da sociedade atual, Petrini assume posições que na sua essência são muito parecidas com as críticas feitas aos novos modelos econômicos de produção (toyotismos, empresas hipermodernas), vindas de outras áreas. Todas elas mostram, quanto, na sociedade atual, o ser humano corre o risco de ser reduzido a um objeto.

Petrini se opõe de maneira específica a uma tal evolução da sociedade. Conforme ele, uma superação da tendência de “coisificar o ser humano” é possível. Para que isso aconteça, é necessário que a modernidade se reconcilie com o “senso religioso”. Este termo, baseado em Giussani,¹⁸ deve ser compreendido no sentido de um “conjunto de exigências elementares de justiça, de liberdade, de verdade, de felicidade, que constituem o núcleo mais originário do homem e que emerge existencialmente como desejo”¹⁹. Para

¹⁶ *Gaudium et spes*, n. 48.

¹⁷ PETRINI, J. C. *Pós-modernidade e família*, p. 54.

¹⁸ Cf. GIUSSANI, Luigi. O senso religioso. In: PETRINI, J. C. *Pós-modernidade e família*, p. 52.

¹⁹ PETRINI, J. C. *Pós-modernidade e família*, p. 52.

Petrini, a reconciliação da sociedade com o “sentido religioso” começa a partir da interação entre a razão e o “senso religioso”. O “senso religioso” funcionaria como “motor que move a razão, para indagar, inventar, criar respostas e, ao mesmo tempo, oferece um critério para avaliar tudo, verificando a maior ou menor correspondência de cada objeto, circunstância, pessoa, com as exigências originárias”²⁰.

A interação entre razão e sentido religioso permitiria o surgimento de um ser humano na sua completude e plenitude. Para chegar a essa meta, porém, deve-se denunciar a sutil redução e opressão pela “razão instrumental”, devem ser superadas as restrições pela lei do mercado, pelas leis da utilidade e da eficiência.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Campinas: Cortez, 2000.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. MARTINS, M. H. *Filosofando: Introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.

BLANK, R. A força libertadora do monoteísmo. *Revista de Cultura Teológica*, n. 1:5, out./dez.1993.

CNBB. *Diretório da pastoral familiar (1º versão)*. Itaici: maio de 2003.

CNBB. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, Anteprojeto*. Itaici: 30 de abril-9 de maio de 2003.

CUNHA, J. Reestruturação capitalista e seus reflexos no mundo do trabalho e no Estado. *Cadernos do CEAB*, n. 165, Salvador, 1996.

GAUDIUM ET SPES. In: *COMPÊNDIO DO VATICANO II*. Petrópolis: Vozes, 12 ed. 1978.

GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2001.

LÉVY, B. H. *Le testament de Dieu*. Paris: Grasset, 1979.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: *ONTOLOGIA SOCIAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICA, NEAM – Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, n. 1, 1997.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. O homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PAGÈS, M. *O poder das organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos*. São Paulo: Atlas, 1987.

PASSOS, M. C. Família e sintoma: *pequeno ensaio para desvelar sentidos*. In: FÉREZ-CARNEIRO, T. (Org.) *Casamento e família: Do social à clínica*. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

PETRINI, J. C. *Pós-modernidade e família*. Baurux: EDUSC, 2003

PISCITELLI, M. A. *O econômico e a nova ordem psíquica*. 24 ed. Disponível em: <http://www.navedapalavra.com.br>.

RESENDE AZEVEDO, A. C. *Fetichismo e subjetividade*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em ciências sociais) - PUC, São Paulo.

VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais: Identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VERMELHO, L. C. *A subjetividade do trabalhador no contexto da produção: Integrada e flexível*. São Paulo, 1998. Tese (Mestrado em História e Filosofia da Educação) - PUC, São Paulo.

²⁰ PETRINI, J. C. *Pós-modernidade e família*, p. 52.